



CRESCER ANTES DA HORA: os impactos psicológicos da adultização da infância em tempos de uso excessivo de redes sociais

Irani Aparecida Varela Damasceno¹
orientador: Lucas Vitor Baumgärtner²

RESUMO: Este estudo teve como objetivo compreender os possíveis impactos psicológicos associados à adultização da infância em contextos de uso de redes sociais. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, desenvolvida a partir da análise de produções científicas sobre infância, cultura digital, desenvolvimento psicológico e mídias digitais. A busca foi realizada nas bases de dados Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando os descritores: “adultização infantil”, “infância e redes sociais”, “impactos psicológicos”, “mídias digitais e infância” e “desenvolvimento infantil e tecnologia digital”, empregados isoladamente e em combinações. Foram considerados estudos publicados entre 2015 e 2025, em português e espanhol, com texto integral disponível e alinhados ao objetivo da pesquisa, excluindo materiais sem rigor científico, conteúdos de opinião e trabalhos duplicados. A literatura analisada indica que a crescente inserção de crianças em ambientes digitais pode estar associada à exposição precoce a padrões estéticos, práticas de consumo e formas de interação social tradicionalmente vinculadas ao universo adulto, favorecendo processos de adultização. Os estudos também apontam possíveis associações entre esse fenômeno e manifestações como ansiedade, baixa autoestima, dificuldades na construção da identidade, alterações na regulação emocional e erotização precoce. Entretanto, os autores consultados ressaltam que tais processos não decorrem exclusivamente das redes sociais, mas envolvem fatores relacionais, culturais e institucionais, especialmente a qualidade da mediação exercida por famílias, escolas e demais contextos de socialização. Conclui-se que a adultização da infância constitui um fenômeno complexo e multifatorial, cuja compreensão demanda abordagens interdisciplinares que considerem simultaneamente as transformações tecnológicas, os processos de socialização e a participação ativa das crianças na construção de suas experiências.

Palavras-chave: Adultização. Redes sociais. desenvolvimento psicológico. infância. saúde mental.

1 INTRODUÇÃO

A infância é compreendida, na contemporaneidade, como uma etapa do desenvolvimento humano dotada de características próprias e merecedora de proteção integral. Conforme demonstra Ariès (1981), por séculos a infância não foi reconhecida como uma etapa diferenciada: a criança era vista como um “adulto em miniatura”, inserida diretamente nas atividades, responsabilidades e normas do mundo adulto, sem distinção de necessidades ou proteção específica. Essa visão começou a mudar apenas a partir da Idade Moderna, com transformações sociais, educacionais e urbanas que passaram a separar os tempos e os espaços de crianças e adultos. Hoje, contudo, como observa.

Postman (1999), a expansão da tecnologia digital vem revertendo parte dessa conquista histórica, ao tornar acessíveis a crianças conteúdos e dinâmicas antes restritas aos adultos, criando novas formas de aproximação

¹ iranivarela@gmail.com

² lucasvbaumgartner@gmail.com



precoce ao universo adulto. Essa transformação na maneira de compreender a infância fornece as bases para a discussão contemporânea acerca da adultização infantil (Ariès, 1981).

A literatura recente sugere que os processos contemporâneos de adultização passaram a assumir novas configurações diante da expansão das redes sociais e da cultura digital. Embora diferentes autores reconheçam que esses ambientes ampliaram a exposição infantil a conteúdos, práticas de consumo e formas de interação social tradicionalmente associadas ao universo adulto, também destacam que os possíveis impactos desse processo dependem da mediação exercida por famílias, escolas e demais contextos de socialização (Kalamar; Castilhos, 2020; Loureiro; Marchi, 2021; Barros; Fulgencio, 2023; Sarno, 2022).

Nesse contexto, Cassoti (2025) alerta que a interação infantil em ambientes digitais pode estimular comportamentos inadequados à faixa etária e comprometer aspectos do desenvolvimento psicológico. O tema também ganhou visibilidade no debate público brasileiro, especialmente a partir da ampla repercussão de conteúdos que discutiram a exposição e a adultização de crianças nas redes sociais, como o vídeo publicado pelo influenciador Felca, que ampliou as discussões sobre a necessidade de proteção da infância diante da exposição digital (Fonseca, 2025). Embora essa repercussão midiática não constitua evidência científica sobre o fenômeno, sua relevância social contribui para evidenciar a atualidade do debate e a necessidade de aprofundamento das investigações científicas sobre o tema.

Embora amplamente empregado na literatura contemporânea, o conceito de adultização não apresenta uma definição única ou consensual. De modo geral, conforme Kalamar e Castilhos (2020), o termo refere-se à antecipação de valores, comportamentos, responsabilidades e formas de apresentação social tradicionalmente associadas ao universo adulto, quando essa aproximação ocorre em intensidade, complexidade ou finalidade incompatíveis com o estágio de desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança. Buckingham (2007) complementa que a linha divisória entre a imitação natural e a adultização depende de três critérios: (1) se a conduta reduz o espaço destinado ao brincar e à fantasia; (2) se gera preocupações ou exigências que a criança ainda não tem maturidade para lidar; e (3) se deixa de ser uma atividade lúdica para tornar-se uma exigência de validação ou desempenho. Nesse contexto, Kalamar e Castilhos (2020) compreendem a adultização como um processo de aproximação precoce da criança a discursos, práticas e expectativas voltadas ao universo adulto, capaz de repercutir em sua formação emocional, social e identitária.

Contudo, é necessário problematizar os limites dessa definição. A adultização não constitui um estado binário presente ou ausente, mas um espectro de experiências que variam em intensidade, contexto cultural e significado atribuído pelos próprios sujeitos envolvidos. O que uma sociedade considera prematura ou inapropriada para uma criança depende de valores, arranjos institucionais e estruturas econômicas historicamente situadas (Ariès, 1981; Sarmiento, 2004). Assim, uma criança que assume responsabilidades domésticas em razão de necessidades econômicas vivencia um processo distinto daquele observado quando outra criança reproduz tutoriais de maquiagem em plataformas digitais. Situação ainda diferente ocorre quando a criança é exposta precocemente a conteúdos de natureza sexual sem qualquer mediação adulta. Embora essas experiências possam ser compreendidas como formas de aproximação ao universo adulto, possuem origens, significados e consequências distintas, razão pela qual não devem ser tratadas como fenômenos equivalentes (Buckingham, 2007).

Nesse sentido, Neil Postman (1999), em *O Desaparecimento da Infância*, oferece uma chave interpretativa fundamental: para o autor, a infância como categoria social depende da existência de segredos — informações e experiências que os adultos administram e revelam progressivamente às crianças, de acordo com sua maturidade. A televisão havia começado a demolir essa fronteira ao tornar acessível, de forma indiscriminada, conteúdos anteriormente reservados ao universo adulto. Com a expansão da internet e das redes sociais, esse processo se intensificou de maneira sem precedentes, conferindo às crianças acesso potencialmente irrestrito a conteúdos



sobre sexualidade, violência, padrões de beleza e dinâmicas relacionais adultas, muitas vezes sem qualquer mediação comprometida (Postman, 1999).

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo compreender os possíveis impactos psicológicos associados à adultização da infância em contextos de uso de redes sociais, por meio de uma revisão bibliográfica narrativa da literatura.

A análise fundamenta-se na perspectiva da Sociologia da Infância, especialmente nas contribuições de Loureiro e Marchi (2021), que compreendem a criança como sujeito social ativo, dotada de curiosidade, capacidade de interpretação e vontade própria, participante dos processos de construção de significado e das dinâmicas de socialização contemporâneas. Essa abordagem orienta a interpretação dos resultados ao considerar simultaneamente as dimensões socioculturais, tecnológicas e relacionais que atravessam a experiência da infância na contemporaneidade.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza básica e caráter exploratório, desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica narrativa com elementos de sistematização. A escolha desse delineamento justifica-se pela necessidade de compreender, analisar e discutir criticamente as produções científicas existentes acerca da adultização da infância em contextos de uso das redes sociais, buscando identificar as principais contribuições teóricas e empíricas relacionadas ao fenômeno.

A pesquisa bibliográfica foi realizada no período de março a maio de 2026, nas bases de dados Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO), selecionadas por sua ampla utilização em pesquisas nas áreas da Psicologia, Educação e Ciências Humanas, bem como pela abrangência de estudos nacionais relacionados ao tema. Foram utilizados os descritores: “adultização infantil”, “infância e redes sociais”, “impactos psicológicos”, “mídias digitais e infância” e “desenvolvimento infantil e tecnologia digital”, empregados isoladamente e em combinações como: “adultização infantil” AND “redes sociais” e “infância” AND “mídias digitais” AND “saúde mental”.

Foram considerados, para a composição do corpus selecionado por meio do processo de busca e triagem, estudos publicados entre os anos de 2015 e 2025, nos idiomas português e espanhol, disponíveis na íntegra e que abordassem diretamente a relação entre infância, redes sociais, mídias digitais, adultização infantil e possíveis impactos psicológicos decorrentes desses fenômenos. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos científicos, livros, dissertações e documentos institucionais que apresentassem contribuições relevantes para a compreensão do objeto investigado. Foram excluídos materiais sem rigor científico, publicações opinativas, conteúdos sem autoria identificada, estudos duplicados e trabalhos que não apresentavam relação direta com os objetivos da pesquisa.

A busca inicial resultou na identificação de aproximadamente 87 referências, sendo cerca de 74 provenientes do Google Acadêmico e 13 da SciELO. Após a remoção de 12 registros duplicados, permaneceram 75 estudos para a etapa de triagem por meio da leitura dos títulos e resumos. Nessa fase, 51 estudos foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão estabelecidos, restando 24 trabalhos para leitura na íntegra. Após essa etapa, 12 estudos foram excluídos por apresentarem baixa aderência ao objeto investigado, resultando em 12 produções selecionadas por meio do processo de busca e triagem.

O corpus principal da revisão foi composto por 13 produções, sendo 12 selecionadas a partir dos procedimentos de busca e triagem descritos e uma obra clássica incorporada excepcionalmente: *História Social da Criança e da Família*, de Philippe Ariès (1981). Embora situada fora do recorte temporal estabelecido, essa



obra foi incorporada excepcionalmente ao corpus em razão de sua reconhecida relevância para a compreensão histórica da construção social da infância.

Além das produções que compõem o corpus principal, foram utilizados referenciais teóricos complementares para fundamentar a discussão conceitual e ampliar a interpretação dos resultados. Nesse conjunto incluem-se as contribuições de Postman (1999), Buckingham (2007), Prout e James (1990), Sarmento (2004), Livingstone (2009) e Corsaro (2011). Essas obras não integraram o processo de busca e seleção que constituiu o corpus principal da revisão e, por essa razão, não foram contabilizadas entre as 13 produções apresentadas na Tabela 1.

A análise do material foi realizada em três etapas: (1) leitura exploratória, destinada ao reconhecimento geral das publicações selecionadas; (2) leitura seletiva, com o objetivo de identificar os estudos mais pertinentes aos objetivos da pesquisa; e (3) leitura interpretativa, que possibilitou comparar criticamente os diferentes autores, identificar convergências e divergências teóricas e organizar os principais achados da literatura (Severino, 2017).

As categorias analíticas foram definidas a posteriori, a partir da leitura e interpretação do material selecionado, organizando-se em torno dos seguintes eixos temáticos: (a) conceituação e delimitação histórica da adultização infantil; (b) formas de manifestação da adultização no contexto das mídias digitais; (c) associações entre adultização e impactos psicológicos; (d) papel da mediação familiar, escolar e institucional; e (e) agência infantil nos ambientes digitais. Essas categorias orientaram tanto a análise dos estudos quanto a organização da seção de resultados e discussão.

Embora tenham sido adotados procedimentos sistemáticos de busca, seleção e organização da literatura, esta investigação não se caracteriza como uma revisão sistemática ou integrativa formal, mas como uma revisão bibliográfica narrativa com elementos de sistematização. Seu propósito consistiu em reunir, analisar e discutir criticamente as principais contribuições teóricas e empíricas disponíveis sobre o tema, sem a pretensão de esgotar toda a produção científica existente.

Como limitação metodológica, reconhece-se que a utilização de apenas duas bases de dados e a restrição aos idiomas português e espanhol podem ter limitado a identificação de estudos publicados em outros idiomas ou indexados em diferentes bases. Ainda assim, os procedimentos adotados mostraram-se adequados para atender aos objetivos desta investigação e possibilitar uma análise consistente da literatura disponível.

A Tabela 1 apresenta a caracterização das produções que compõem o corpus principal da revisão bibliográfica, indicando autores, título, ano de publicação, área de estudo e tipo de produção.

Tabela 1 – Produções científicas que compõem o corpus principal da revisão bibliográfica

Id	Autor	Título	Ano	Área de estudo	Tipo
1	Costa, Hemmily V. A.; Nascimento, L. I. M.; Leão, T. D. A.; Leite, M. A. R.	Erotização infantil nas mídias sociais: as consequências sociais e jurídicas	2025	Psicologia/ Direito/ Educação	Artigo
2	Vieira, Yohana P.; Vieira, Vanise S. F.; Saes-Silva, Elizabet; et al.	Uso excessivo de redes sociais por estudantes do sul do Brasil.	2022	Saúde Pública/ Psicologia	Artigo



3	Kalamar, Lucicléia; Castilhos, Grasiela P. S.	Infância na sociedade contemporânea: um estudo sobre o processo de adultização infantil	2020	Educação/ Psicologia do Desenvolvimento	Artigo
4	SARNO, Silvana Maria Grisi	Infância na Contemporaneidade: A Significativa Interação das Crianças com Webcelebridades	2022	Psicologia/ Sociologia da Infância	Artigo
5	Loureiro, Carla C.; Marchi, Rita de C.	Crianças e mídias digitais: um diálogo com pesquisadores	2021	Educação/ Estudos da Infância	Artigo
6	Sousa, Mayara S.; Silva, Patrícia O.	Impactos das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) no Desenvolvimento e na Saúde Mental da Criança e do Adolescente	2024	Psicologia/ Educação	Artigo

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das produções que compõem o corpus da revisão evidenciou que a exposição precoce a conteúdos digitais pode estar associada à redução do espaço do brincar e à substituição de experiências lúdicas por práticas de consumo e comparação social, o que pode favorecer o surgimento de sentimentos como ansiedade, insegurança e baixa autoestima. Sarno (2022) acrescenta que, nas mídias digitais, a criança não ocupa apenas a posição de espectadora, mas também de produtora de conteúdo, assumindo papéis que podem intensificar a busca por validação social e reconhecimento virtual, influenciando a construção da identidade e da autopercepção.

Além disso, pesquisas apontam que a interação infantil em ambientes digitais pode estar relacionada à internalização de padrões adultos de comportamento e consumo, configurando formas contemporâneas de adultização simbólica (Sousa; Silva, 2024). Nesse contexto, destaca-se ainda a erotização precoce como uma das manifestações mais preocupantes do fenômeno, uma vez que pode ampliar a vulnerabilidade infantil diante de dinâmicas de exposição e exploração nas redes sociais (Costa et al., 2025).

Estudos também indicam possíveis impactos do uso excessivo de redes sociais na saúde mental de crianças e adolescentes, incluindo sintomas de ansiedade, estresse e baixa autoestima, especialmente quando a exposição ocorre precocemente e de forma não mediada (Vieira et al., 2022). Esses achados sugerem que a adultização digital não se restringe a um fenômeno comportamental, mas envolve dimensões emocionais, sociais e relacionais do desenvolvimento infantil.



Tais processos não podem ser compreendidos de maneira determinista. Barros e Fulgencio (2023) argumentam que os efeitos das mídias digitais resultam de interações complexas entre fatores sociais, culturais e institucionais, envolvendo não apenas as tecnologias em si, mas também as formas de mediação exercidas por famílias, escolas e demais contextos de socialização. Nessa perspectiva, torna-se necessário considerar tanto as condições estruturais quanto a participação ativa das crianças na construção de suas experiências.

Entretanto, compreender esse fenômeno também exige reconhecer que as crianças não atuam apenas como receptoras passivas dessas influências. Elas agem por curiosidade, exploram o mundo e interpretam o que veem de acordo com sua própria lógica. Conforme discutido pela Sociologia da Infância, elas selecionam conteúdos, negociam sentidos e transformam as experiências vividas nos ambientes digitais, exercendo diferentes formas de participação na construção de suas trajetórias, ainda que em condições marcadas por vulnerabilidades e relações assimétricas de poder (Loureiro; Marchi, 2021).

Corsaro (2011), com o conceito de reprodução interpretativa, demonstra que as crianças não simplesmente internalizam a cultura adulta, mas a reelaboram criativamente a partir de suas próprias perspectivas, interesses e formas de sociabilidade. Sarmiento (2004) complementa essa visão ao identificar culturas da infância com lógicas próprias, como o animismo, a fantasia e a ludicidade, que coexistem e dialogam de forma tensionada com a cultura adulta, inclusive nos ambientes digitais. Isso significa que, quando uma criança imita um adulto influenciado nas redes sociais, esse comportamento pode expressar tanto um processo de adultização quanto uma forma legítima de experimentação lúdica de papéis sociais, distinção que só se torna possível quando se considera a perspectiva da própria criança sobre o que está fazendo e por quê. A ausência dessa perspectiva nas análises é precisamente o que tende a reduzir a criança à condição de vítima passiva, obscurecendo sua competência social e sua capacidade de agência (Prout; James, 1990).

3.1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA INFÂNCIA

Embora o conceito de adultização seja amplamente utilizado na literatura contemporânea, sua definição não é consensual. De modo geral, o termo refere-se à antecipação de comportamentos, responsabilidades, preocupações e formas de apresentação social tradicionalmente associadas ao universo adulto. Entretanto, é importante distinguir a adultização dos processos naturais de socialização infantil. Ao longo do desenvolvimento, as crianças observam, imitam e reinterpretem comportamentos presentes em seu contexto social, o que constitui parte fundamental da aprendizagem e da construção da identidade.

A distinção entre socialização, autonomia infantil e adultização é fundamental para a compreensão do fenômeno. A socialização corresponde ao processo pelo qual a criança aprende valores, normas e comportamentos presentes em seu contexto sociocultural, constituindo parte natural do desenvolvimento. A autonomia infantil, por sua vez, refere-se à ampliação gradual da capacidade de participação, expressão e construção de significados sobre suas experiências, aspecto enfatizado pela Sociologia da Infância (Loureiro; Marchi, 2021). Já a adultização caracteriza-se pela atribuição ou incorporação precoce de responsabilidades, preocupações, padrões estéticos e expectativas tipicamente associadas ao universo adulto, em intensidade ou complexidade incompatíveis com o estágio de desenvolvimento infantil (Kalamar; Castilhos, 2020). Dessa forma, a adultização não deve ser confundida com manifestações saudáveis de autonomia ou participação infantil.

Nesse sentido, nem toda aproximação da criança em relação ao universo adulto pode ser compreendida como adultização. O fenômeno passa a ser caracterizado como tal quando a criança assume demandas emocionais, responsabilidades, preocupações ou formas de exposição incompatíveis com seu estágio de desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Conforme discutem Kalamar e Castilhos (2020), a adultização envolve a redução simbólica do espaço destinado às experiências próprias da infância, especialmente o brincar, a imaginação e as formas lúdicas de interação.



Essa compreensão torna-se relevante porque evita interpretações simplificadas que atribuem automaticamente qualquer manifestação de autonomia infantil ao fenômeno da adultização. Assim, a análise da infância contemporânea exige considerar tanto os processos normais de desenvolvimento quanto as transformações sociais e culturais que podem antecipar experiências para as quais a criança ainda não dispõe de recursos emocionais suficientes.

A compreensão da infância como uma fase específica do desenvolvimento humano é resultado de transformações sociais, culturais e educativas que se intensificaram ao longo dos séculos. Embora historicamente a criança tenha sido tratada como um prolongamento do mundo adulto, estudos contemporâneos destacam que essa visão começou a se modificar a partir de mudanças mais amplas na organização social, especialmente quando discursos educacionais e humanitários passaram a reconhecer a singularidade da infância. Nesse sentido, Kalamar e Castilhos (2020) explicam que o reconhecimento da infância como uma etapa distinta, dotada de necessidades próprias e merecedora de proteção, foi se consolidando como parte de um movimento histórico que deslocou a criança da condição de “miniadulto” para a de sujeito em desenvolvimento.

Essa mudança de olhar, segundo Loureiro e Marchi (2021), é acompanhada por transformações pedagógicas e culturais que ampliaram a compreensão sobre os tempos da infância e sobre sua importância na formação humana. As autoras argumentam que, à medida que novas concepções de educação e cuidado emergiram, práticas sociais passaram a reconhecer que o desenvolvimento infantil exige ritmos específicos, experiências lúdicas, mediações qualificadas e condições adequadas de proteção. Assim, a infância passou a ser compreendida como um período que demanda investimento social e políticas públicas, e não apenas como preparação para a vida adulta.

No Brasil, esse processo encontra sua consolidação jurídica na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. O ECA representa um importante marco na garantia dos direitos da infância e da adolescência ao estabelecer a proteção integral, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e assegurando condições para seu desenvolvimento físico, emocional, social e cultural (Brasil, 1990).

A inclusão desse marco legal nesta discussão justifica-se pela necessidade de compreender que a proteção integral da infância também se estende aos desafios impostos pelo ambiente digital. Nesse sentido, o fenômeno da adultização infantil ultrapassa a esfera individual e configura-se como uma questão de proteção de direitos, exigindo ações preventivas e educativas voltadas à preservação da dignidade, da segurança e do bem-estar infantil. Tal perspectiva é retomada por Kalamar e Castilhos (2020), ao destacarem a importância dos mecanismos de proteção da infância diante dos desafios contemporâneos. Desse modo, ainda que a construção histórica da infância tenha suas raízes em transformações que remontam a períodos anteriores, são os estudos contemporâneos, como os de Kalamar e Castilhos (2020) e Loureiro e Marchi (2021), que contribuem para a compreensão crítica da infância como uma categoria social em permanente redefinição. Essa visão fundamenta análises atuais sobre os desafios da infância contemporânea, especialmente em um contexto marcado pela digitalização acelerada das interações e pela crescente influência das mídias na vida das novas gerações.

Entretanto, nas últimas décadas, profundas transformações tecnológicas introduziram novos desafios e tensões à experiência infantil. Sarno (2022) observa que a infância atual está atravessada por discursos, imagens, estéticas e linguagens mediadas pelas mídias digitais, que passam a exercer influência equivalente ou superior às instâncias tradicionais de socialização como família e escola. A criança do século XXI é exposta a ambientes digitais desde a primeira infância, o que altera os modos de interação, a linguagem, os referenciais simbólicos e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.



Tocantins e Wiggers (2021) reforçam que as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) transformaram radicalmente o cotidiano das crianças, reorganizando suas rotinas, seus espaços e suas possibilidades de interação. O uso contínuo de dispositivos móveis, o acesso irrestrito a plataformas digitais e a crescente individualização do consumo tecnológico geram novos padrões de comportamento e intensificam a presença da mídia digital na vida cotidiana. Como afirmam as autoras Tocantins e Wiggers (2021), a infância contemporânea é marcada pela fusão entre ambientes físicos e digitais, o que cria experiências híbridas, complexas e, muitas vezes, contraditórias.

Essa transformação implica reconhecer a infância não como uma categoria fixa, mas como uma construção social em constante movimento, influenciada por condições econômicas, culturais, tecnológicas e políticas. Loureiro e Marchi (2021) destacam que, apesar dos avanços proporcionados pelas tecnologias, há uma tendência de se reduzir o debate sobre infância e mídias digitais a uma dicotomia entre “risco” e “autonomia”, o que empobrece a compreensão da complexidade das interações entre crianças e tecnologias. Para as autoras, é necessário reconhecer a agência infantil, mas também os limites impostos pelas vulnerabilidades específicas da infância.

A análise dos autores consultados revela diferentes formas de compreender a relação entre infância e cultura digital. Kalamar e Castilhos (2020) enfatizam os riscos associados à antecipação de comportamentos, valores e padrões estéticos característicos do universo adulto, destacando a possibilidade de redução dos espaços destinados ao brincar e à experimentação infantil. Nessa perspectiva, a adultização aparece principalmente como um processo de enfraquecimento das experiências próprias da infância.

Por outro lado, Loureiro e Marchi (2021) alertam para a necessidade de evitar interpretações excessivamente deterministas acerca das influências exercidas pelas mídias digitais. As autoras defendem que as crianças não devem ser compreendidas apenas como receptoras passivas de conteúdos, mas como sujeitos capazes de interpretar, negociar e atribuir significados às experiências vivenciadas. Assim, embora ambos os estudos reconheçam a existência de riscos associados à cultura digital contemporânea, diferenciam-se quanto à centralidade atribuída à ação infantil na construção dessas experiências.

A perspectiva de Loureiro e Marchi (2021) assume papel central na presente discussão por possibilitar uma compreensão da infância contemporânea que ultrapassa explicações simplificadoras sobre os efeitos das tecnologias digitais. As autoras propõem analisar a infância como uma construção social marcada por relações complexas entre crianças, mídias, processos de socialização e práticas de mediação adulta. A partir dessa abordagem, a adultização infantil é compreendida não apenas como resultado da exposição a conteúdos digitais, mas como um fenômeno que envolve transformações culturais mais amplas, a atuação das instituições de socialização e a própria participação ativa das crianças na construção de suas experiências.

Outro aspecto relevante identificado na literatura refere-se às diferentes interpretações sobre o papel das redes sociais nos processos de adultização infantil. Estudos como os de Kalamar e Castilhos (2020), Sarno (2022) e Costa et al. (2025) enfatizam que a exposição precoce a conteúdos digitais, padrões estéticos e dinâmicas de validação social pode favorecer a assimilação antecipada de comportamentos associados ao universo adulto. Nessa perspectiva, as plataformas digitais aparecem como importantes elementos de transformação das experiências infantis contemporâneas.

Entretanto, Barros e Fulgencio (2023) propõem uma leitura mais ampla do fenômeno ao argumentarem que os efeitos observados não decorrem exclusivamente das tecnologias utilizadas, mas das relações estabelecidas entre crianças, famílias, escolas e demais contextos sociais. Sob essa perspectiva, as redes sociais não constituem causa suficiente para explicar os processos de adultização, sendo necessário considerar também a qualidade das mediações exercidas pelos adultos responsáveis pelo cuidado e pela educação das crianças.



A noção de agência infantil contribui para superar perspectivas que compreendem as crianças apenas como receptoras passivas das influências sociais e midiáticas. Conforme discutem Loureiro e Marchi (2021), as crianças participam ativamente da construção de suas experiências, selecionando conteúdos, atribuindo significados e desenvolvendo formas próprias de interação com os ambientes digitais. Nesse sentido, suas escolhas, curiosidades, interesses e modos de interpretar o mundo também influenciam a maneira como se relacionam com as tecnologias.

Reconhecer a agência infantil não significa ignorar as vulnerabilidades próprias da infância, mas compreender que as crianças são sujeitos sociais capazes de produzir sentidos sobre suas experiências. Dessa forma, a análise da adultização infantil exige considerar simultaneamente os condicionantes culturais e tecnológicos presentes na sociedade contemporânea e a participação ativa das crianças na construção de suas trajetórias de desenvolvimento.

Assim, compreender a infância contemporânea exige considerar as tensões entre proteção e autonomia, entre ludicidade e exposição, entre cuidado e performatividade, tensões que se tornam ainda mais evidentes quando analisadas à luz do fenômeno da adultização infantil (Loureiro; Marchi, 2021).

As discussões analisadas também evidenciam uma tensão recorrente entre proteção e autonomia na infância contemporânea. Enquanto parte da literatura enfatiza a necessidade de ampliar mecanismos de controle e supervisão sobre o acesso infantil aos ambientes digitais, autores vinculados à Sociologia da Infância defendem que a proteção não deve implicar a negação da participação das crianças nos processos sociais e culturais de seu tempo. Dessa forma, o desafio não consiste em excluir a criança dos ambientes digitais, mas em construir condições de participação seguras, mediadas e compatíveis com as necessidades de cada etapa do desenvolvimento.

3.2 A ADULTIZAÇÃO INFANTIL NA CONTEMPORANEIDADE

A adultização infantil constitui um fenômeno social caracterizado pela antecipação de comportamentos, valores, preocupações e experiências próprias do universo adulto para crianças que ainda se encontram em processo de desenvolvimento. Trata-se de um processo que ultrapassa a simples imitação de atitudes observadas no cotidiano, envolvendo transformações que afetam a construção da identidade, as relações sociais e o desenvolvimento emocional infantil. Conforme destacam Kalamar e Castilhos (2020), a adultização ocorre quando a criança passa a ser exposta a conteúdos, expectativas e exigências incompatíveis com sua etapa de desenvolvimento, sendo estimulada a assumir posturas e responsabilidades para as quais ainda não possui maturidade emocional.

Na contemporaneidade, esse fenômeno adquire características específicas em razão das transformações tecnológicas e da presença cada vez mais intensa das redes sociais no cotidiano infantil. O acesso precoce a dispositivos digitais e plataformas de compartilhamento de conteúdo aproxima as crianças de discursos, comportamentos e referências produzidas para públicos mais velhos. Como consequência, valores relacionados à aparência física, ao consumo, à popularidade e ao desempenho social passam a integrar o universo infantil de forma cada vez mais precoce.

Barros e Fulgencio (2023) defendem que os efeitos das mídias digitais sobre crianças e adolescentes devem ser compreendidos a partir dos contextos relacionais, culturais e institucionais nos quais estão inseridos, evitando interpretações deterministas acerca dos riscos associados às tecnologias.

Nesse contexto, a infância deixa de ser compreendida apenas como uma etapa destinada ao brincar, à experimentação e ao desenvolvimento gradual das capacidades cognitivas e emocionais. Em seu lugar, observa-se a crescente valorização de práticas associadas ao universo adulto, como preocupações estéticas, exposição da



imagem pessoal e busca constante por reconhecimento social. Neste cenário, a criança passa a ser incentivada a construir uma imagem pública, frequentemente orientada por padrões de comportamento que priorizam visibilidade e aceitação social.

Sarno (2022) destaca que os influenciadores digitais exercem papel relevante nesse processo ao se tornarem referências de comportamento para o público infantil. Por meio das redes sociais, crianças passam a reproduzir formas de vestir, falar, consumir e se apresentar inspiradas em modelos adultos amplamente divulgados no ambiente digital. A busca por curtidas, comentários e seguidores transforma a experiência online em um espaço de validação social, no qual a aprovação dos outros passa a assumir importância significativa para a construção da autoestima e da identidade.

Esse processo é potencializado pela lógica de funcionamento das próprias plataformas digitais. Os conteúdos mais visualizados tendem a privilegiar padrões estéticos, estilos de vida idealizados e práticas de consumo que despertam interesse e engajamento. Ao interagir continuamente com esse tipo de conteúdo, a criança é exposta a referências que podem gerar comparações constantes e expectativas incompatíveis com sua realidade e com sua fase de desenvolvimento. Dessa forma, a percepção de valor pessoal passa a ser influenciada por critérios externos, relacionados à aparência, à popularidade e à aprovação social (Sarno, 2022; Sousa; Silva, 2024).

Outro aspecto relevante refere-se à redução dos espaços destinados ao brincar e às experiências próprias da infância. O tempo anteriormente dedicado às brincadeiras livres, à convivência presencial e à exploração criativa do ambiente pode ser progressivamente substituído pelo consumo de conteúdos digitais. Essa mudança pode interferir na construção de habilidades sociais, emocionais e cognitivas importantes para o desenvolvimento infantil, limitando oportunidades de interação espontânea e de elaboração das experiências vividas (Kalamar; Castilhos, 2020; Tocantins; Wiggers, 2021).

Nesse cenário, a mediação familiar assume papel fundamental. Girardello, Fantin e Pereira (2021) ressaltam que a presença ativa dos responsáveis contribui para uma relação mais equilibrada entre crianças e tecnologias digitais. Os autores defendem a adoção dos princípios da Autorregulação, Alternância e Acompanhamento, conhecidos como os “3 A”, como estratégia para promover o uso consciente das tecnologias. A proposta busca desenvolver a capacidade da criança de reconhecer limites, equilibrar atividades digitais e presenciais e construir uma postura crítica diante dos conteúdos consumidos.

Nesse contexto, o acompanhamento adequado não se restringe ao controle do tempo de uso, mas envolve a participação ativa dos responsáveis na experiência digital das crianças. Isso inclui o diálogo sobre os conteúdos acessados, o estabelecimento de limites compatíveis com a faixa etária, a supervisão das interações realizadas no ambiente virtual e a oferta de alternativas que valorizem o brincar, a convivência familiar e as atividades presenciais. Em contraposição à ausência de mediação ou ao uso indiscriminado das tecnologias, a presença orientadora dos adultos constitui importante fator de proteção frente aos riscos associados à adultização infantil e à exposição precoce a conteúdos inadequados (Girardello; Fantin; Pereira, 2021).

Ao discutir a adultização infantil no contexto contemporâneo, torna-se necessário compreender esse fenômeno para além de explicações lineares ou centradas exclusivamente nas tecnologias digitais. Barros e Fulgencio (2023), a partir de uma perspectiva sistêmica construcionista social, destacam que os riscos e potencialidades relacionados ao uso das mídias são construídos nas interações entre diferentes agentes sociais, incluindo família, escola, mercado, instituições e os próprios sujeitos em desenvolvimento. Sob essa ótica, a adultização infantil pode ser entendida como um fenômeno complexo, influenciado por discursos sociais, práticas culturais e formas contemporâneas de exposição midiática que atravessam a experiência da infância.



A erotização precoce configura-se como uma das expressões mais preocupantes da adultização infantil no contexto contemporâneo, especialmente diante da ampla inserção das crianças nas redes sociais. Conforme discutido por Costa et al. (2025), a exposição recorrente a conteúdos, comportamentos e padrões associados ao universo adulto favorece o distanciamento progressivo da criança em relação às experiências próprias da infância. Nesse processo, brincadeiras, descobertas e vivências compatíveis com o estágio do desenvolvimento podem ser substituídas por preocupações relacionadas à aparência, à exposição da imagem e à busca por aprovação social.

Costa et al. (2025) destacam que a erotização infantil promove o afastamento da criança em relação ao universo próprio da infância, aproximando-a precocemente de conteúdos e experiências incompatíveis com seu estágio de desenvolvimento. Segundo os autores, esse processo pode afetar o campo psicológico da criança, bem como influenciar aspectos relacionados à sua forma de vestir e comportar-se.

O contato antecipado com estímulos inadequados à faixa etária pode interferir na constituição da identidade infantil, especialmente por ocorrer em uma fase marcada por importantes transformações cognitivas, emocionais e sociais. Nesse sentido, os autores ressaltam que a erotização dos corpos infantis compromete a formação identitária e pode colocar em risco a segurança das crianças, evidenciando a necessidade de estratégias de proteção e prevenção frente às formas contemporâneas de exposição infantil (Costa et al., 2025).

Além disso, Costa et al. (2025) apontam que a intensa exposição no ambiente virtual, associada à ausência de supervisão adequada, pode contribuir para o isolamento social, dificuldades na aceitação da própria imagem, necessidade excessiva de validação por meio da aprovação alheia e sofrimento diante da rejeição ou desaprovação nos espaços digitais. Os autores destacam que essa "nova infância", marcada pela superexposição e pela aproximação precoce com conteúdos destinados ao público adulto, pode repercutir negativamente sobre o desenvolvimento global da criança, incluindo aspectos emocionais, relacionais e comportamentais.

Dessa forma, a erotização infantil deve ser compreendida como um fenômeno que ultrapassa a dimensão estética ou comportamental, constituindo-se também como uma questão relacionada à proteção integral da infância. O enfrentamento dessa problemática requer ações articuladas entre família, escola, sociedade e Estado, visando promover ambientes digitais mais seguros, fortalecer práticas educativas preventivas e assegurar às crianças o direito de vivenciarem plenamente as experiências próprias de sua etapa de desenvolvimento (Costa et al., 2025).

Nessa perspectiva, Barros e Fulgencio (2023) ressaltam que os riscos associados ao ambiente digital não decorrem exclusivamente das tecnologias em si, mas das formas como conteúdos, discursos e práticas sociais são construídos e compartilhados nos diferentes contextos de interação.

Além dos impactos individuais, a adultização infantil produz consequências sociais mais amplas. Ao estimular a antecipação de experiências e preocupações próprias da vida adulta, esse processo tende a reduzir o espaço destinado às vivências características da infância e fragiliza mecanismos importantes para o desenvolvimento saudável. Questões relacionadas à ansiedade, insegurança, baixa autoestima e dependência de validação externa tornam-se cada vez mais frequentes, evidenciando os desafios impostos pela cultura digital à proteção integral das crianças.

Observa-se, portanto, que a adultização infantil contemporânea resulta da articulação entre influências midiáticas, padrões culturais, dinâmicas de consumo e transformações tecnológicas. Diferentemente de formas historicamente associadas à antecipação de responsabilidades sociais, atualmente esse fenômeno manifesta-se sobretudo por meio de pressões simbólicas relacionadas à aparência, à exposição e ao reconhecimento social. Nesse sentido, compreender suas múltiplas manifestações torna-se fundamental para o desenvolvimento de estratégias de proteção e promoção dos direitos da criança em uma sociedade cada vez mais conectada.



3.3 MÍDIAS DIGITAIS E PROCESSOS DE ADULTIZAÇÃO INFANTIL

As redes sociais são apontadas pela literatura como um dos fatores associados aos processos contemporâneos de adultização infantil. Diferentemente de meios tradicionais de comunicação, as plataformas digitais operam com base na lógica da visibilidade, da performatividade e da aprovação social, criando ambientes nos quais crianças são incentivadas a se expor e a performar. Sarno (2022) observa que a migração da criança para o papel de produtora de conteúdo e não apenas consumidora pode intensificar esse processo, pois exige que ela atue em conformidade com padrões estéticos e comportamentais adultos.

A performatividade nas redes sociais está vinculada à estética, à imagem corporal, à sensualização, ao humor, à criatividade e à adesão a tendências. Essa lógica de exposição, validação e comparação social pode contribuir para que crianças busquem atenção, reconhecimento e visibilidade nos ambientes digitais, com possíveis repercussões na construção da identidade, da autoestima e da autonomia emocional (Sarno, 2022; Costa et al., 2025).

Tocantins e Wiggers (2021) destacam que o uso das TDIC não ocorre apenas durante o dia, mas invade noites, madrugadas e espaços privados da rotina infantil. Crianças utilizam dispositivos digitais sozinhas, em seus quartos, sem supervisão adulta, o que pode intensificar riscos de exposição inadequada, contato com desconhecidos, vício tecnológico e isolamento social. O uso contínuo das tecnologias, sem mediação, cria uma dinâmica de socialização artificial, que fragiliza vínculos familiares e reduz interações presenciais fundamentais para o desenvolvimento saudável.

Além disso, práticas como o sharenting, o compartilhamento excessivo de imagens de crianças por familiares, são apontadas por Rodrigues, Oliveira e Garcia (2025) como elementos que ampliam a adultização e vulnerabilidade infantil. Os autores evidenciam que grande parte das imagens que circulam em redes de exploração infantil advém de postagens familiares. Muitas vezes, fotografias consideradas “inocentes” são utilizadas para fins criminosos, o que leva a sérios riscos de violação de direitos, roubo de identidade digital, aliciamento e exploração sexual.

Além da necessidade de supervisão do uso das tecnologias, Costa et al. (2025) ressaltam que a ausência de monitoramento parental favorece a exposição desenfreada de crianças e adolescentes nas redes sociais, ampliando os riscos relacionados à erotização precoce e à violação de seus direitos fundamentais.

Costa; Nascimento; Leão; Leite (2025) complementam que a erotização precoce, intensificada pelas redes sociais, fragiliza ainda mais a proteção infantil. A exposição a conteúdos sexualizados, mesmo que indireta, interfere no desenvolvimento da sexualidade, no autoconceito e na segurança emocional da criança, introduzindo-a em dinâmicas simbólicas que pertencem ao mundo adulto.

Assim, as mídias digitais configuram-se como importantes elementos associados aos processos contemporâneos de adultização infantil ao desestabilizar fronteiras geracionais, intensificar padrões estéticos adultos, incentivar performatividades, fragilizar vínculos afetivos e expor crianças a riscos reais de vulnerabilidade digital e emocional.

3.4 IMPACTOS PSICOLÓGICOS DO USO EXCESSIVO DE REDES SOCIAIS NA INFÂNCIA

Os impactos psicológicos do uso excessivo de redes sociais e tecnologias digitais são expressivos e multifacetados, afetando dimensões emocionais, cognitivas, sociais e comportamentais do desenvolvimento infantil. Vieira et al. (2022) demonstram que a exposição prolongada às redes sociais está fortemente associada a



sentimentos de ansiedade, depressão, tristeza recorrente, irritabilidade, insônia e ideação suicida entre crianças e adolescentes. A literatura analisada sugere que o fluxo constante de informações pode contribuir para a saturação emocional, comprometendo processos relacionados à regulação emocional e ao bem-estar psicológico (Vieira et al., 2022).

Nunes; Abdon; Brito; Silva; Lima; Maia (2021) identificaram níveis alarmantes de dependência comportamental entre adolescentes, caracterizados pela incapacidade de reduzir o tempo de uso, pela necessidade compulsiva de conexão e pela dificuldade de concentração. Essa dependência cria impactos físicos, como dores cervicais, interrupção do sono, sedentarismo e queda no rendimento escolar. Além disso, interfere no humor, na capacidade de interação social e na formação da identidade.

Além dos conteúdos acessados, a literatura destaca que o tempo de exposição às telas constitui um importante fator de risco para o desenvolvimento infantil. A Sociedade Brasileira de Pediatria (2024) orienta que crianças menores de dois anos não sejam expostas a telas, exceto para videochamadas; entre dois e cinco anos, o uso seja limitado a até uma hora diária; dos seis aos dez anos, entre uma e duas horas por dia; e que, na adolescência, o uso seja supervisionado de modo a não prejudicar o sono, as atividades escolares, a prática de atividades físicas e a convivência familiar. Tais recomendações reforçam a importância da mediação parental e do estabelecimento de limites compatíveis com as necessidades do desenvolvimento infantil.

Outro elemento relevante refere-se à comparação social constante, fenômeno amplamente estudado por Sarno (2022). As crianças, ao se compararem com influenciadores ou outras crianças hiper expostas, desenvolvem sentimentos de inadequação, inferioridade e insatisfação com o próprio corpo. Esses sentimentos podem desencadear distorções corporais, baixa autoestima e dificuldades no desenvolvimento da identidade.

A perda do brincar, discutida por Kalamar e Castilhos (2020), constitui um dos maiores prejuízos associados ao uso excessivo de redes sociais. O brincar, atividade essencial à infância, é gradualmente substituído por interações digitais que não promovem habilidades como criatividade, empatia, imaginação e resolução de conflitos. A redução da convivência presencial fragiliza habilidades sociais fundamentais, como cooperação, comunicação, expressão emocional e tolerância à frustração.

Além dos impactos emocionais e comportamentais, há riscos relacionados à segurança e à vulnerabilidade digital. Rodrigues, Oliveira e Garcia (2025) demonstram que o compartilhamento excessivo de informações pessoais e imagens expõe crianças a aliciadores, criminosos digitais e redes de exploração. A exploração infantil digital constitui um fenômeno crescente, agravado pela falta de supervisão familiar e pela naturalização da exposição infantil nas redes.

Diante desse cenário, compreender os impactos psicológicos do uso excessivo de redes sociais exige uma abordagem interdisciplinar que articule dimensões sociais, tecnológicas, familiares e educacionais. Proteger a infância implica promover práticas de mediação digital, incentivar o uso crítico das tecnologias, fortalecer vínculos afetivos, valorizar o brincar e garantir ambientes seguros tanto no espaço físico quanto no virtual.

Ao longo deste estudo, adota-se como principal perspectiva interpretativa a compreensão de Loureiro e Marchi (2021) acerca da infância contemporânea, entendida como uma construção social marcada por relações complexas entre crianças, tecnologias digitais, processos de socialização e práticas de mediação adulta. Essa abordagem possibilita analisar a adultização infantil para além de explicações deterministas, considerando simultaneamente as influências socioculturais, as transformações tecnológicas e a agência das crianças na construção de suas experiências.

Essa distinção é teoricamente e praticamente relevante, pois orienta respostas distintas: se o risco residisse exclusivamente nas tecnologias, a resposta seria a restrição do acesso; se estivesse relacionado



predominantemente à ausência de mediação, a resposta envolveria o fortalecimento das competências parentais, educacionais e institucionais para acompanhar o uso infantil das mídias digitais (Buckingham, 2007; Livingstone, 2009). A literatura examinada sugere que ambos os fatores operam conjuntamente, destacando a mediação adulta como um importante fator na configuração das experiências de risco em ambientes digitais.

De modo geral, a literatura analisada converge quanto ao reconhecimento da existência de riscos associados ao uso precoce e não mediado das redes sociais. Entretanto, diverge quanto ao peso atribuído às tecnologias nesse processo. Enquanto parte dos estudos enfatiza o potencial das plataformas digitais para favorecer processos de adultização, outros autores defendem que os principais fatores de risco decorrem da ausência de mediação familiar, escolar e institucional. Essa divergência evidencia que a adultização infantil não pode ser explicada por relações lineares de causa e efeito, mas deve ser compreendida como fenômeno complexo e multifatorial.

Diante disso, a literatura analisada permite refletir: em que medida o problema está nas redes sociais em si e em que medida está na ausência de mediação adulta? A resposta não é dicotômica. As plataformas digitais, por sua lógica de visibilidade, comparação e busca por engajamento, criam condições que podem favorecer a aproximação precoce ao universo adulto. No entanto, como defendem Barros e Fulgencio (2023), Buckingham (2007) e Livingstone (2009), não são a causa exclusiva. O risco se intensifica quando não há orientação, limites e diálogo por parte dos adultos responsáveis. Assim, o fenômeno resulta da interação entre a tecnologia e as condições de uso: as redes sociais são apenas um meio; a forma como são acompanhadas, mediadas e significadas pela família, escola e pela própria criança é o que define se trará benefícios ou riscos ao desenvolvimento.

4 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo compreender os possíveis impactos psicológicos associados à adultização da infância em contextos de uso de redes sociais. A partir da revisão da literatura, observou-se que a adultização infantil constitui um fenômeno multifatorial, atravessado por transformações culturais, tecnológicas e sociais que redefinem as formas de vivência da infância na contemporaneidade.

Os achados indicam que a exposição precoce a ambientes digitais pode estar associada à antecipação de padrões de comportamento, consumo e validação social, os quais tradicionalmente pertencem ao universo adulto. Entretanto, tais processos não podem ser compreendidos de maneira determinista, uma vez que envolvem também a mediação exercida por famílias, instituições educativas e demais contextos de socialização, bem como a participação ativa das crianças na construção de suas experiências.

Dessa forma, a análise realizada reforça a importância de compreender a infância contemporânea a partir de uma perspectiva relacional, que considere simultaneamente as condições socioculturais, os dispositivos tecnológicos e as dinâmicas de interação social.

Como limitações deste estudo, destaca-se o caráter de revisão bibliográfica, a diversidade metodológica e teórica dos estudos analisados e a escassez de pesquisas longitudinais que permitam compreender com maior profundidade os possíveis impactos da adultização ao longo do desenvolvimento infantil. Sugere-se que investigações futuras ampliem a produção empírica sobre o tema, especialmente em contextos brasileiros, bem como aprofundem o papel da mediação adulta nos usos das tecnologias digitais por crianças.

Os resultados desta revisão reforçam que estratégias exclusivamente restritivas em relação ao uso das tecnologias podem apresentar limitações quando utilizadas isoladamente. A literatura aponta que intervenções voltadas ao fortalecimento da mediação parental, da educação digital e da promoção da participação crítica das crianças apresentam maior potencial para favorecer o desenvolvimento saudável e a proteção integral da infância diante dos desafios impostos pela cultura digital contemporânea.



REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARROS, Cândido Fontan; FULGENCIO, Leopoldo. Visão sistêmica construcionista social e os usos de mídias digitais por crianças e jovens. *Nova Perspectiva Sistêmica*, São Paulo, v. 32, n. 76, p. 19–31, 2023. DOI: 10.38034/nps.v32i76.716. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/716>. Acesso em: 15 jun. 2026.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 16 jun. 2026.
- BUCKINGHAM, David. Crescer na era das mídias: após a morte da infância. São Paulo: Loyola, 2007.
- CASSOTI, Ana Clara. Redes sociais estimulam comportamentos inadequados para a idade das crianças. *Jornal da USP*, 2025. Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/redes-sociais-estimulam-comportamentos-inadequados-para-a-idade-das-criancas/>. Acesso em: 15 set. 2025.
- CORSARO, William A. Sociologia da infância. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. COSTA, H. V. A.; NASCIMENTO, L. I. M.; LEÃO, T. D. A.; LEITE, M. A. R. Erotização infantil nas mídias sociais: as consequências sociais e jurídicas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 5, 2025.
- FONSECA, Fábio Fagioli. Adultização ameaça infância e saúde mental das crianças: como protegê-las? *Universa UOL*, 2025. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2025/08/19/video-de-felca-gera-debate-de-como-proteger-criancas-da-adultizacao/>. Acesso em: 15 set. 2025.
- GIRARDELLO, Gilka; FANTIN, Monica; PEREIRA, Rogério Santos. Crianças e mídias: três polêmicas e desafios contemporâneos. *Cadernos CEDES*, v. 41, n. 113, p. 33–43, 2021.
- KALAMAR, L.; CASTILHOS, G. P. S. Infância na sociedade contemporânea: um estudo sobre o processo de adultização infantil. *Revista Panorâmica*, v. 31, p. 174–179, set./dez. 2020.
- LIVINGSTONE, Sonia. *Children and the internet*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- LOUREIRO, C. C.; MARCHI, R. C. Crianças e mídias digitais: um diálogo com pesquisadores. *Educação & Realidade*, v. 46, n. 1, 2021.
- NUNES, P. P. B.; ABDON, A. P. V.; BRITO, C. B.; SILVA, T. A.; LIMA, R. A.; MAIA, M. M. Fatores relacionados à dependência do smartphone em adolescentes de uma região do Nordeste brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 7, p. 2749–2758, 2021.
- POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- PROUT, Alan; JAMES, Allison. A new paradigm for the sociology of childhood? In: JAMES, A.; PROUT, A. (org.). *Constructing and reconstructing childhood*. London: Falmer Press, 1990. p. 7–34.
- PUCCINELLI, Mariana F.; MARQUES, Fernanda M.; LOPES, Rita de C. S. Telas na infância: postagens de especialistas em grupos de cuidadores no Facebook. *Psicologia em Estudo*, 2023.
- RODRIGUES, S. I.; OLIVEIRA, L. P.; GARCIA, L. F. Sharenting e bioética: desafios para a privacidade e a segurança infantil. *Revista Bioética*, v. 33, 2025.



SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (org.). Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Edições Asa, 2004. p. 9–34.

SARNO, S. M. G. Infância na contemporaneidade: a significativa interação das crianças com webcelebridades. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 42, 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2017.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. #Menos telas #Mais saúde: atualização 2024. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2024. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/24604c-MO_MenosTelas_MaisSaude-Atualizacao.pdf. Acesso em: 16 jun. 2026.

SOUSA, Mayara Silva; SILVA, Patrícia Oliveira. Impactos das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) no desenvolvimento e na saúde mental da criança e do adolescente. Revista Foco, Curitiba, v. 17, n. 4, p. 1–17, 2024.

TOCANTINS, Geusiane Miranda de Oliveira; WIGGERS, Ingrid Dittrich. Infância e mídias digitais: histórias de crianças e adolescentes sobre seus cotidianos. Cadernos CEDES, v. 41, n. 113, p. 76–83, 2021.

VIEIRA, Y. P. et al. Uso excessivo de redes sociais por estudantes de ensino médio do sul do Brasil. Revista Paulista de Pediatria, v. 40, 2022.